



ABUSO SEXUAL INFANTIL

“Disque 100” já encaminhou 583 denúncias ao MPPB

O disque-denúncia nacional (“Disque 100”) encaminhou ao Ministério Público da Paraíba (MPPB), nos últimos nove meses, 583 denúncias de violências (com destaque para o abuso e a exploração sexual) que teriam sido praticadas contra crianças e adolescentes na Paraíba.

Os dados apontam que 27,1% das denúncias foram feitas em João Pessoa. Para combater o problema, as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e da

Educação da Capital desenvolveram o projeto-piloto “Menina Abusada”.

O objetivo do projeto é sensibilizar e capacitar 150 professores sobre o abuso sexual e orientá-los quanto às providências que devem ser tomadas para encaminhar os casos às autoridades competentes. Os 150 educadores trabalham em dez escolas públicas localizadas em bairros e comunidades identificados pelos Conselhos Tutelares como os de maior incidência do problema. **Páginas 4 e 5**



INFÂNCIA ROUBADA: grupo de atores apresenta, nas escolas, a peça de teatro “Menina Abusada”. Objetivo é mostrar o drama vivido pelas vítimas do abuso sexual

250 alunos são transferidos para um novo prédio

Os 250 alunos matriculados na escola estadual Índio Piragibe, em João Pessoa, foram transferidos para um novo prédio. A transferência ocorreu em setembro, devido às irregularidades constatadas pelo MPPB no local onde funcionava a unidade de ensino (uma casa antiga adaptada).

A escola Índio Piragibe é uma das mais de 120 escolas já inspecionadas pelo Programa de Fiscalização da Educação Básica, desenvolvido pelo Ministério Público, em parceria com os Conselhos Tutelares de João Pessoa e outros órgãos de fiscalização.

Página 3

130 inquéritos foram instaurados para investigar fraudes no Sertão

Página 6



Foto: Crea/PB

Acessibilidade: Os prefeitos de Ingá, Itatuba, Serra Redonda e Riachão do Bacamarte se comprometeram, através de termo de ajustamento de conduta

celebrado com o MPPB, a desenvolver políticas públicas para garantir a acessibilidade nos prédios e espaços públicos dessas cidades. **Página 8**

CONSUMIDOR



PÁGINA 3

Promotoria de Sapé faz audiência com casas de show para exigir o cumprimento da lei da meia-entrada

MEIO AMBIENTE



PÁGINA 6

Profissionais da educação, saúde e ação social discutem soluções para o lixo, em Pocinhos e Ingá

SAÚDE



PÁGINA 7

Equipe multiprofissional inspeciona serviços hospitalares, em JP

CIDADANIA



PÁGINA 8

Conselheiros participam de capacitação sobre direitos do idoso, em Mamanguape

ESPAÇO DO LEITOR

"A maioria das pessoas não sabe a quem se dirigir e como se dirigir para fazer valer os seus direitos. Por isso, acho importante o acesso a esse jornal. O Ministério Público é o defensor da sociedade e essa iniciativa amplia as oportunidades ao cidadão para que ele possa procurar o apoio judicial de que precisa. Além disso, é uma forma de dar mais efetividade ao trabalho do Ministério Público na área social.

Parabéns pela iniciativa!"

Simone Rangel, funcionária pública

"O Jornal do Ministério Público Social é um veículo de comunicação que leva à sociedade o conhecimento das ações sociais realizadas pela instituição e que auxilia a escolha de que órgão de execução procurar para solucionar problemas de direitos difusos coletivos."

Betânia Quirino, administradora

"Acho importante esse jornal para que as pessoas tenham uma visão mais abrangente do que é o Ministério Público. A maioria das pessoas ainda tem a visão de que a atuação do MP é restrita à área penal, ao papel acusatório. Esse jornal mostra à sociedade que a instituição também tem uma atuação social."

Andressa Carolina Roberto da Silva, estudante

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

APRENDENDO DIREITO

Medidas socioeducativas: são as medidas aplicáveis ao adolescente infrator, considerando sua capacidade para cumpri-las, as circunstâncias e a gravidade da infração. Podem ser: a) advertência; b) obrigação de reparar o dano, devolvendo a coisa ou ressarcindo o prejuízo de quem foi lesado; c) prestação gratuita de serviços à comunidade, por prazo não superior a seis meses e de modo a não prejudicar a frequência escolar ou o trabalho do adolescente infrator; d) liberdade assistida (quando a autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar e orientar o adolescente infrator); e) inserção em regime de semiliberdade e f) internação em estabelecimento educacional, que poderá privar o adolescente infrator da liberdade por no máximo três anos ou até que ele atinja a maioridade. A internação só será aplicada quando o ato infracional for cometido mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, com a repetição de infrações graves e o descumprimento repetido e injustificável da medida anteriormente imposta.

JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Social

Procurador geral de Justiça

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho

Subprocurador-geral de Justiça

Nelson Lemos

Corregedor-geral

Paulo Barbosa

Secretário-geral

Bertrand Asfora

Coordenador do 1º Caop

Adrio Nobre Leite

Coordenador do 2º Caop

Luís Nicomedes

Ministério Público da Paraíba**Procuradoria Geral de Justiça**

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro

CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB

Tel.: (83) 2107-6000

Site: www.mp.pb.gov.br

Jornalista Responsável

Cristina Fernandes - DRT: 826/05-68

Projetos Editorial e Gráfico e Diagramação:

Cristina Fernandes

Integrantes da Assessoria de Imprensa do MPPB

Almira Félix, Anselmo Guimarães,

Lila Santos, Alexander Carvalho,

Cristina Fernandes

Fotografia

Daniel Félix

Chargista colaborador

Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa

Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

A EXPLORAÇÃO SEXUAL ROUBA
A INFÂNCIA DE NOSSAS CRIANÇAS

ARTIGO

Para combater, é preciso articular e informar

MANOEL CACIMIRO NETO

Crianças e adolescentes são diariamente molestados sexualmente pelas mais variadas formas, contatos físicos e virtuais, e por diversos agressores que, na sua maioria, são pessoas do seu convívio familiar e social. Estudos recentes apontam que 70% dos abusos são praticados por parentes ou pessoas próximas.

Dentro dessa estatística encontramos os abusos sexuais incestuosos, aqueles praticados por parentes próximos, a exemplo de pais e padrastos, acobertados pela omissão de familiares que se calam por medo de represálias violentas, ameaças, dependência econômica e desinformação, etc.

Nesses casos, a informação é fundamental para que se busque medidas de proteção adequadas às vítimas e familiares. A escola possui papel relevante na educação das crianças e no esclarecimento dos familiares, mas seu papel não se restringe à educação; a articulação com órgãos do sistema de garantias é fundamental para levar ao conhecimento das autoridades casos em que se suspeita de abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

As consequências do abuso ou exploração sexual na infância são imensuravelmente danosas ao desenvolvimento da personalidade, são "feridas que não cicatrizam", a ponto de se tornar comum o abuso sexual praticado entre jovens (basta acessar a internet

para verificar a existência de vários vídeos em circulação com cenas de estupro e atentado violento ao pudor, atos libidinosos contra crianças e adolescentes, sobretudo por aqueles que foram molestados sexualmente durante a infância).

Com o advento da Lei 11.829/08, houve significativo avanço no combate aos crimes de abuso e exploração sexual contra a infância no meio virtual. Contudo, a alteração da legislação não é suficiente para prevenir ou reprimir tais condutas.

Mais que isto, é necessário compreender o modo como se dão esses abusos, realizar estudos direcionados, coletar informações precisas acerca da dinâmica que envolve a perpetração desses crimes, além de pessoal capacitado para o atendimento das vítimas, no sistema de proteção e, de investigação e, de justiça, inclusive para evitar a chamada "revitimização".

Manoel Cacimiro Neto

é promotor de Justiça da Infância e Juventude de João Pessoa

250 alunos são transferidos para novo prédio, em JP

Ministério Público intervém e cobra qualidade na educação pública oferecida pelo Estado

Os 250 alunos matriculados na escola estadual Índio Piragibe, em João Pessoa, foram transferidos para um novo prédio. A transferência ocorreu este mês, em função das irregularidades constatadas no local onde funcionava a unidade de ensino (uma casa antiga adaptada), durante inspeção realizada, em maio, pela equipe da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, Vigilância Sanitária, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e Corpo de Bombeiros.

A escola Índio Piragibe é uma das mais de 120 escolas já inspecionadas pelo Programa de Fiscalização da Educação Básica, desenvolvido pelo Ministério Público, em parceria com os Conselhos Tutelares de João Pessoa e outros órgãos de fiscalização.

Prédio antigo

Até o início de agosto, a escola funcionava em um prédio totalmente inadequado. As cinco salas de aula eram improvisadas e separadas por divisórias móveis, sem isolamento acústico. Não havia biblioteca, área de lazer, nem refeitório. Em algumas salas de aula, o espaço era tão pequeno, que os alunos sentavam de lado para o quadro negro.

O prédio não tinha extintores de incêndio e saída de emergência. A caixa de energia elétrica estava desprotegida e ao alcance das crianças. No prédio antigo, só havia um banheiro para atender crianças e adultos e os alimentos

usados para a alimentação escolar e os materiais didáticos eram armazenados no mesmo local.

Intervenção

A Promotoria da Educação oficiou a Secretaria Estadual de Educação e realizou audiências para solucionar o problema. Devido à falta de terrenos no Centro de João Pessoa para a construção de uma nova escola, ficou decidido que o Governo do Estado alugaria um novo prédio para transferir os alunos e professores.

No dia 22 de setembro, a promotora de Justiça da Educação Fabiana Lobo visitou o novo prédio e constatou que o local dispõe de rampa de acesso, de salas amplas e que a escola já recebeu fogão industrial novo, além de equipamentos para a sala de informática.

Foram identificados problemas de infiltração que já estão sendo resolvidos. Fabiana Lobo solicitou à equipe pedagógica da escola que sejam requisitados junto à Secretaria de Educação do Estado protetores de tomadas e uma central de água. Por enquanto, a água oferecida aos alunos vem de dois filtros de barro.

Segundo a professora de História, Maria das Graças Leite, a mudança aumentou a autoestima dos professores e alunos. “Estamos organizando a nova escola, mas graças a Deus e ao trabalho do Ministério Público,



Antes e depois: No prédio improvisado (foto de cima), os alunos assistiam aula de lado para o quadro porque as salas eram improvisadas e apertadas. Hoje, eles já dispõem de salas amplas

conseguimos mudar. Hoje, os alunos têm mais espaço, temos local para refeitório, diretoria, sala para professores e para o projeto ‘Mais Educação’. Com a mudança para o novo prédio, houve aumento na procura por matrículas”, comemorou.

MPPB vai às escolas para discutir uso seguro da internet

Proteger crianças e adolescentes dos crimes praticados na rede mundial de computadores. Esse é o objetivo do programa “Uso educativo e seguro da internet” que está sendo desenvolvido nas escolas de Campina Grande através de palestras promovidas pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, Secretaria Municipal de Educação e Sindicato das Escolas Particulares.

Segundo levantamento feito no

primeiro semestre pela comScore, Inc (Nasdaq: Scor – que mede os acessos à rede), mais de 73 milhões de pessoas utilizam a internet no Brasil, sendo que 12% dos usuários têm de seis a 14 anos de idade e passam a maior parte do tempo em sites de entretenimento, bate-papo ou em redes sociais (como o Orkut e o Facebook).

A exposição do público infanto-juvenil ao “mundo virtual” tem preocupado pais e autoridades.

“Reconhecemos a dimensão informativa e educativa da internet. Mas, também devemos considerar os riscos a que estão passíveis crianças, adolescentes e jovens e buscar a educação na navegação pela internet através da orientação”, disse o promotor de Justiça Herbert Targino.

Pedofilia

De acordo com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos

Deputados, cerca de mil novos sites de pedofilia são criados todos os meses no Brasil. Mais da metade deles trata de crimes praticados contra crianças e 13% chegam a expor fotos de crimes praticados contra bebês.

Os dados foram apresentados à Embaixada Americana para que essa autoridade ajudasse a convencer a empresa Google a colaborar no combate aos crimes praticados pela internet, no Brasil.

EM SAPÉ

Casas de show devem cumprir a lei da meia-entrada



A carteira do estudante garante o direito à meia-entrada em shows e eventos culturais

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sapé (a 55 quilômetros de João Pessoa) realizou audiência com os proprietários e diretores do Clube Atlético Sapeense, Clube Estrela, Centro Social Urbano e do Parque DJ, para discutir o descumprimento, por parte das entidades, da Lei Estadual nº 5.720/1993, que assegura a estudantes devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular o direito ao

pagamento de meia-entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer.

O Ministério Público da Paraíba advertiu os representantes das casas de evento e recomendou o cumprimento integral da lei, sob pena de responderem por crime de desobediência.

A promotora de Justiça Sandra Paulo Neto disse que os proprietários deverão afixar cartazes nos estabelecimentos para informar o público sobre o direito ao benefício e a lei.

Combate ao abuso sexual será feito nas escolas

70% das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual foram agredidos por pais, padrastos, tios e outras pessoas próximas; projeto pretende sensibilizar e capacitar educadores para que os casos sejam identificados e encaminhados às autoridades competentes



Cento e cinquenta professores e 30 técnicos de educação das redes estadual e municipal de ensino de João Pessoa estão participando do projeto “Menina Abusada”, que tem o objetivo de combater o abuso sexual infantil.

O público-alvo do projeto-piloto são os educadores que trabalham em dez escolas públicas do ensino infantil e fundamental 1 (1º ao 5º ano) que ficam nos bairros Padre Zé, Róger, Gervásio Maia e Colinas do Sul e nas comunidades Timbó, Boa Esperança, São José, Baleado e Beira do Rio.

Segundo os Conselhos Tutelares, essas localidades têm o maior número de casos registrados de violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes, na Capital.

De acordo com a promotora de Justiça da Educação, Fabiana Lobo, o projeto iniciado em setembro e que será concluído em outubro foi inspirado na experiência realizada



Educadores de dez escolas públicas localizadas em bairros e comunidades da Capital onde há o maior registro de casos de abuso sexual infantil participaram de capacitação sobre o problema

em Pernambuco pelo Conselho Regional de Medicina (Cremep). “A ideia é sensibilizar e capacitar os educadores sobre os sinais apresentados pelas crianças e adolescentes que sofrem esse tipo de violência e orientar os professores sobre como proceder para encaminhar os casos às autoridades competentes”, explicou.

Segundo o procurador-geral de

Justiça, Oswaldo Trigueiro Filho, o projeto será estendido a outros municípios do Estado.

Sensibilização e capacitação

Os professores das escolas localizadas nas áreas dos Conselhos Tutelares Norte, Mangabeira, Sudeste e Sul participaram, este mês, de dois encontros de sensibilização e capacitação sobre o

abuso sexual infantil. O assunto também foi analisado na perspectiva do Direito e os educadores foram orientados sobre os procedimentos que devem ser tomados para encaminhar os casos às autoridades competentes. Os educadores também receberam uma cartilha elaborada pelo MPPB sobre o assunto.

Na terceira etapa do projeto, o grupo “Sapecando Artes” encenou a peça de teatro “Menina Abusada” nas escolas. A dramatização conta o drama das vítimas do abuso sexual.

Em outubro, o projeto será feito nas unidades de ensino localizadas na área do Conselho Tutelar Praia.

Parceiros

O projeto “Menina Abusada” é uma iniciativa do MPPB, em parceria com as Secretarias de Educação da Paraíba e de João Pessoa. A Fundação Luterana de Diaconia, a Associação Missão Restaurando Vidas e o Cremep apoiam o trabalho.

Sinais físicos e psicológicos ajudam a identificar crianças e adolescentes vítimas

Agressividade, fracasso escolar, insônia, transtornos alimentares e medo. Esses são alguns dos sinais psicológicos apresentados por crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, segundo a psicóloga Ana Caroline Mello.

A especialista ministrou aos educadores que participam do projeto “Menina Abusada” uma palestra sobre sexualidade infantil e os sintomas físicos e psicológicos que meninas e meninos costumam apresentar, quando são vítimas de violência sexual.

As informações foram repassadas de acordo com as faixas etárias (0 a 4 anos, 4 a 6 anos, 7 a 12 anos e acima de 13 anos).

Dentre os sintomas físicos apresentados estão lesões nas genitálias e em outras partes do corpo, doenças

sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Prevenção

Pesquisas têm mostrado que a escola é um local privilegiado para prevenir a violência sexual.

Segundo Ana Caroline, é necessário que o professor esteja bem informado sobre o assunto e saiba quais são os procedimentos para encaminhar as denúncias às autoridades.

“É importante ouvir as crianças e demonstrar que acredita nelas. Por outro lado, a escola deve dar suporte ao educador que ouvir um relato suspeito de violência sexual.”

Ana Caroline Mello, psicóloga

A abordagem da vítima de abuso sexual deve ser feita em lugar adequado, onde será possível manter o sigilo sobre a sua identidade. “É importante ouvir as crianças e demonstrar que acredita nelas. A vítima precisa de alguém que a escute, que a acolha



Peça de teatro “Menina Abusada” aborda o drama do abuso sexual infantil

e que transmita confiança e segurança. Por outro lado, a escola deve dar suporte ao educador que ouvir um relato suspeito de violência sexual, deve abrir espaço para diálogos sobre sexualidade e reflexões sobre tabus, crenças e valores sobre os comportamentos sexuais”, acrescentou a psicóloga.

O que fazer?

Toda a sociedade tem o dever de defender e proteger a criança e o adolescente. A melhor coisa a se fazer para acabar com a violência sexual infantil é a denúncia.

A primeira providência a ser tomada é procurar o Conselho Tutelar ou o promotor de Justiça da Infância e Juventude ou até mesmo a delegacia de polícia para registrar boletim de ocorrência.

Mas, fique de olho! O caso só deverá ser comunicado à família, quando o abuso acontecer fora do ambiente familiar. Se o agressor é um parente da vítima (pai, tio, avô, padrasto, madrasta, etc.), o melhor a fazer é encaminhar o caso às autoridades competentes (Conselho Tutelar e Ministério Público).

A denúncia também pode ser anônima. Basta ligar para o número 100 (serviço nacional conhecido como “Disque 100”). A ligação é gratuita.

“Disque 100” já encaminhou 583 denúncias ao MP

Estudos estimam que 20% das mulheres e 10% dos homens do País tenham sido abusados antes dos 18 anos de idade

O disque-denúncia nacional (“Disque 100”) encaminhou ao Ministério Público da Paraíba, nos últimos nove meses, 583 denúncias de violências (com destaque para o abuso e a exploração sexual) que teriam sido praticadas contra crianças e adolescentes na Paraíba.

Os dados apontam que 27,1% das denúncias foram feitas em João Pessoa e 19,4%, em Campina Grande. Promotores de Justiça de vários municípios estão investigando os casos.

Em 2009, o “Disque 100” encaminhou 837 denúncias de todo o Estado para que o MPPB investigasse.

57 mil vítimas

A pesquisa “Ponta do Iceberg 2007 – pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes”, coordenada pela Universidade de São Paulo

(USP), estima que 57 mil pessoas tenham sofrido violência doméstica sexual antes dos 18 anos de idade em Campina Grande, João Pessoa e Lucena (cidades que participaram do estudo).

Outros estudos estimam que 20% das mulheres e 10% dos homens tenham sido abusados sexualmente antes dos 18 anos de idade, em todo o País.

Para o promotor de Justiça da Infância e Juventude, Alley Escorel, é preciso envolver vários profissionais no enfrentamento do problema. “Ainda é grande a subnotificação do abuso sexual infantil. É um dever legal do professor denunciar esses casos, mas é difícil isso acontecer. O Conselho Tutelar Sudeste recebeu seis denúncias e todas foram feitas pela comunidade e não pela escola, quando a gente sabe que a criança passa um terço do seu dia na escola”, exemplificou.



“Sapecando Artes” encenou a peça “Menina Abusada” na escola municipal Hugo Moura, na região norte de João Pessoa

Alunos assistem à peça de teatro sobre violência sexual infantil

Nove atores do grupo paraibano “Sapecando Artes” encenaram, no mês de setembro, a peça de teatro “Menina Abusada” para os alunos da rede pública de ensino da Capital.

A dramatização aborda a problemática do abuso sexual

infantil e faz parte da terceira etapa do projeto “Menina Abusada”, que está sendo desenvolvido pelas Promotorias de Justiça da Infância e Juventude e da Educação de João Pessoa, em parceria com as secretarias estadual e municipal de Educação.

Inércia dos gestores condenará 500 adolescentes à morte

Mais de 500 adolescentes e jovens de 12 a 18 anos de idade serão assassinados, em sete anos, em João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, se as autoridades governamentais continuarem inertes e não desenvolverem políticas públicas capazes de garantir os direitos do público infanto-juvenil.

A estimativa foi divulgada pela coordenação do Programa de Proteção à Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAAM), da Secretaria Especial de Direitos Humanos

(Sedh), durante o “I Encontro Estadual para discussão sobre promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente na Paraíba”, realizado em setembro, em João Pessoa.

Entre 1997 e 2007, a Paraíba passou do 19º para o 16º lugar no ranking dos Estados onde mais se mata crianças e adolescentes. Nesses dez anos, o número de assassinatos nessa faixa etária aumentou 75%. Na Capital, os homicídios de jovens e adolescentes passaram de 187 para 387, de acordo com o Mapa da Violência 2010.

O problema levou o Ministério Público da Paraíba (MPPB) a elaborar, em parceria com as secretarias estaduais de Saúde, Educação, Desenvolvimento Humano e Segurança Pública (Seds) e representantes do sistema de garantias dos direitos das crianças e adolescentes, uma carta-proposta.

Carta-proposta

No documento, o Tribunal de Justiça, as Secretarias de Estado, o Ministério Público e setores da sociedade civil organizada se

comprometeram a desenvolver estudos e diagnósticos sobre a violência letal contra crianças e adolescentes na Paraíba e a dimensionar os recursos orçamentários e financeiros da política de atenção à criança e ao adolescente no Estado.

Outras ações previstas são a promoção e integração das políticas setoriais, o fortalecimento dos conselhos da criança e adolescência e a garantia de atendimento adequado e especializado para crianças, adolescentes e seus familiares em situação de ameaça de morte.

EM CONDADO

Prefeito assina TAC e se compromete a estruturar conselho

O prefeito de Condado (município do Sertão da Paraíba, a 342 quilômetros da Capital), Eugênio Pacelli, comprometeu-se junto à Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Malta a tomar as providências necessárias para estruturar e equipar o conselho tutelar da cidade.

O descumprimento do termo de ajustamento de conduta (TAC) celebrado no dia 15 de setembro resultará em multa diária

equivalente a um salário mínimo (que hoje é R\$ 510,00), além de sanções administrativas e penais contra o Município.

De acordo com o TAC, o Município terá 60 dias para disponibilizar aos conselheiros tutelares um veículo em perfeitas condições de segurança e uso para o atendimento exclusivo das ocorrências, inclusive durante os plantões e sobreavisos.

Caberá ao Município custear a manutenção e o abastecimento do

veículo, além de garantir, também no prazo de 60 dias, aparelho de fax e linha telefônica fixa exclusiva para o conselho tutelar e aparelhos celulares para cada conselheiro.

Prédio e capacitação

O gestor municipal também se comprometeu a providenciar, no prazo de 90 dias, o prédio onde deverá funcionar a sede do Conselho Tutelar de Condado e a destinar verbas para capacitação

dos conselheiros. Para garantir o cumprimento do TAC, o Município também deverá prever na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2011 as verbas necessárias.

Segundo a promotora de Justiça Miriam Vasconcelos, o aumento da violência, do abandono e da situação de risco envolvendo crianças e adolescentes do município demandam um atendimento “altamente especializado” por parte dos conselheiros tutelares.

Profissionais discutem soluções para o lixo das cidades

Pocinhos produz sete toneladas de resíduo sólido por dia; com o gerenciamento integrado, 85% desse material poderia ser reaproveitado

Profissionais da educação, saúde e ação social do município de Pocinhos (a 158 quilômetros de João Pessoa) participaram de uma audiência pública promovida pela Equipe Especializada em Meio Ambiente e Urbanismo para discutir a situação dos resíduos sólidos produzidos na cidade.

Atualmente, o município produz sete toneladas de lixo por dia que não passam por nenhum tipo de tratamento. “Com o gerenciamento integrado, 85% dos resíduos sólidos podem ser reaproveitados”, disse o promotor de Justiça que coordena a equipe especializada, José Farias.

A audiência discutiu as

vantagens do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos domésticos para o meio ambiente e as futuras gerações.

Foram discutidos assuntos importantes como a necessidade de propositura de uma política pública sobre o destino adequado do lixo, abordando questões como aterro sanitário, cooperativas e reciclagem de lixo.

Em Ingá

Cerca de 200 pessoas dos municípios de Ingá, Itatuba, Riachão do Bacamarte e Serra Redonda também discutiram, no dia 23, o gerenciamento integrado



Profissionais participam de audiência sobre gerenciamento integrado do lixo, em Pocinhos

de resíduos sólidos como estratégia para o desenvolvimento sustentável.

O prefeito de Ingá, Luiz Carlos da Silva, disse que o apoio técnico do MPPB “chegava em hora

adequada”, pois o Ministério Público Federal notificou o Município a construir, no prazo de seis meses, o aterro sanitário para remediar o lixão da cidade.

Instituições criam fórum para combater poluição sonora

Um Fórum Permanente de Combate à Poluição Sonora no Estado da Paraíba foi criado no dia 20 de setembro, na Capital.

No ano passado, a Sudema registrou 12 mil reclamações em relação à poluição sonora, quatro mil a mais do que 2008. A estimativa é de que sejam feitas 15 mil notificações este ano.

Para criar o Fórum,

representantes do MPPB, Ministério Público Federal, Secretaria de Estado da Segurança e Desenvolvimento Social, Comando-Geral da Polícia Militar, Sudema e Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa assinaram um termo de compromisso de cooperação técnica-científica, estratégica e operacional.

Dentre as ações que serão

desenvolvidas pelas instituições estão a criação de um cadastro estadual de conflitos socioambientais causados pela poluição sonora, o desenvolvimento de pesquisas científicas sobre conflitos sociais relacionados ao uso abusivo de equipamentos sonoros, a realização de audiências públicas e campanhas educativas.

Através do Fórum, as

instituições deverão contribuir para o fortalecimento do controle social de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, como forma de atuação preventiva no combate à poluição sonora.

Elas também deverão compartilhar conhecimentos e informações para desenvolver ações de prevenção ou repressão de emissões abusivas de sons e ruídos.

NO SERTÃO

Promotorias de Justiça instauram 130 inquéritos para investigar fraudes em licitações

Cento e trinta inquéritos civis públicos foram instaurados pelo Ministério Público da Paraíba para investigar fraudes em licitações de obras de engenharia nos municípios do Sertão.

Na Região Metropolitana de João Pessoa, a expectativa é de que as Promotorias de Justiça instaurem cerca de 300 inquéritos para investigar irregularidades nos processos licitatórios realizados pelas administrações públicas municipais.

Os indícios das irregularidades foram constatados nas investigações realizadas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, Polícia Federal, Receita Federal e Controladoria Geral da União e que resultaram na “Operação Transparência”, deflagrada no ano passado.

O trabalho investigativo

iniciado em 2007 pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do MPPB identificou um grupo criminoso especializado em fraudar licitações de obras de engenharia. Vinte pessoas foram presas.

O desdobramento das investigações aponta que a quadrilha formada por donos de construtoras (23 delas “fantasmas”), prefeitos, servidores públicos e “laranjas” tenha atuado em 150 municípios da Paraíba.

A estimativa é de que o desvio de verbas públicas municipais, estaduais e federais (inclusive provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC) seja de R\$ 200 milhões.

Ações de Improbidade

O material que embasará as investigações nos municípios da

Região Metropolitana de João Pessoa foi entregue, em setembro, aos promotores de Justiça durante uma reunião realizada em Cabedelo.

Segundo o coordenador da Equipe Especializada na Defesa do Patrimônio Público, promotor de Justiça Clístenes Bezerra, com a instauração desses inquéritos, pretende-se complementar as provas já produzidas durante a “Operação Transparência” para que sejam movidas na Justiça ações civis públicas de improbidade contra todos os envolvidos no esquema criminoso. “A pretensão do Ministério Público é, não apenas anular as licitações fraudadas, mas buscar a recomposição do patrimônio desviado em cada município, responsabilizando civil e criminalmente todos os envolvidos”, acrescentou.

Microrregiões

Há seis meses, a Equipe Especializada vem reunindo os promotores de Justiça por microrregiões para repassar a eles todo o material relativo às investigações que resultaram na “Operação Transparência”. O objetivo é investigar fraudes cometidas por construtoras “fantasmas” em licitações realizadas em 150 dos 223 municípios do Estado.

A primeira fase das reuniões aconteceu no Sertão e a segunda, na Região Metropolitana de João Pessoa. Duas reuniões serão realizadas este ano nas regiões de Guarabira e Campina Grande. Após a instauração dos inquéritos, a Equipe Especializada passará a dar apoio e suporte aos promotores de Justiça no decorrer das investigações.

Equipe multiprofissional inspeciona hospitais, em JP

Promotorias de Justiça da Saúde e da Mulher fiscalizam Hospital Valentina Figueiredo, São Vicente de Paula e Casa de Saúde São Pedro

As Promotorias de Justiça da Saúde e da Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar da Capital realizaram, no mês de setembro, inspeções nos hospitais São Vicente de Paula, Valentina Figueiredo e na Casa de Saúde São Pedro, em João Pessoa.

As fiscalizações tiveram o apoio dos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Serviço Social, Psicologia, Arquitetura e Engenharia e Farmácia e a participação de profissionais da Vigilância Sanitária do Estado e do Município e Corpo de Bombeiros.

Um dos problemas constatados nos hospitais Valentina Figueiredo e São Vicente de Paula foi a ocupação mista das enfermarias, o que tira a privacidade dos pacientes.

Infraestrutura

Por funcionar em um prédio antigo, o hospital São Vicente de Paula apresenta alguns problemas de infraestrutura, sobretudo na parte elétrica e em relação à prevenção contra incêndio.

O centro cirúrgico necessita de um sistema de vedação capaz de isolar as salas de cirurgia do corredor para evitar problemas relacionados à infecção hospitalar.

A ala pediátrica fica em um



No Hospital Valentina Figueiredo: enfermaria mista não oferece privacidade aos pacientes

piso superior e não possui mureta de proteção para evitar acidentes relacionados à queda. A equipe também verificou que os dez leitos de pediatria para neurologia da unidade estavam vagos. “Enquanto isso, o Hospital Arlinda Marques não tem vagas, pois todos os seus leitos estão ocupados. Isso mostra que o sistema de saúde não tem uma câmara de compensação de leitos”, criticou o promotor de Justiça da Saúde, João Geraldo Carneiro Barbosa.

Segundo o promotor da Saúde, a direção do hospital se prontificou a resolver os problemas e a corrigir as irregularidades que forem apontadas nos relatórios técnicos

que serão elaborados pelos conselhos regionais e enviados para o Ministério Público e para as unidades de saúde.

Sem lavanderia

No Hospital Municipal Valentina Figueiredo, a equipe constatou a falta de lavanderia, de sinalização de saída de emergência, a insuficiência de extintores de incêndio e fiações elétricas expostas.

No depósito da unidade foram encontrados botijões de gás de cozinha junto com galões de oxigênio. As caixas de eletricidade estavam abertas e fios e disjuntores, expostos à ação do tempo.

O promotor de Justiça fez

algumas recomendações à direção do hospital no momento da inspeção para que os problemas mais graves fossem resolvidos logo.

Pacientes psiquiátricos

Na Casa de Saúde São Pedro, unidade psiquiátrica particular que atende usuários do SUS, foram encontrados pacientes que sofrem com a dependência química de drogas e que, segundo o promotor de Justiça, não deveriam estar na unidade. Também foi constatada a falta de funcionários para fazer a higiene adequada do local.

Violência familiar

O promotor de Justiça da Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Luiz Urquiza, solicitou às direções dos hospitais Valentina Figueiredo e São Vicente de Paula o encaminhamento de relatórios com as informações sobre os atendimentos feitos a mulheres vítimas de violência doméstica. “A solicitação tem sido feita a todos os serviços de saúde que temos inspecionado. O objetivo é criar um banco de dados e acompanhar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher para avaliar a efetividade do trabalho da rede de proteção e evitar que essas mulheres morram”, disse.

GIRO PELAS PROMOTORIAS

Tecnologia “de ponta” para pacientes com câncer

Profissionais do Conselho Nacional de Energia Nuclear (Cnen) atenderam ao pedido do Ministério Público feito em agosto e vieram a Paraíba, no dia 14 de setembro, para fazer uma inspeção técnica no acelerador linear do Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa.

O equipamento de última geração usado para o tratamento do câncer estava parado há mais

de dois meses, aguardando a vistoria técnica do Cnen e a autorização para funcionar.

De acordo com o diretor técnico do hospital, Marcos Marche, o acelerador linear é uma tecnologia de ponta que reduz o tempo de exposição do paciente à radioterapia. Segundo ele, 40% dos pacientes atendidos na unidade serão beneficiados com a nova tecnologia.

Código do Consumidor completa 20 anos

Foi realizado, no dia 10 de setembro, em João Pessoa, o seminário “O Ministério Público e a Defesa dos Direitos do Consumidor”. O evento discutiu os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor.

Na ocasião, foi lançado o Programa “Consumo Sustentável”, para estimular o paraibano a consumir produtos de empresas que não produzem danos ao meio ambiente e que respeitam os direitos dos trabalhadores.

Ex-prefeito de Cabedelo é condenado a devolver mais de R\$ 190 mil aos cofres públicos

O ex-prefeito de Cabedelo, José Ribeiro de Farias Júnior (conhecido como “Doutor Júnior”), foi condenado pelo Tribunal de Justiça a devolver mais de R\$ 190 mil que foram desviados dos cofres públicos durante sua administração.

Graças à ação civil pública movida pelo MPPB, o ex-prefeito foi condenado por crime de improbidade administrativa e teve seus direitos políticos suspensos por três anos.

A decisão foi proferida em julho deste ano e como o ex-prefeito não recorreu, o processo transitou em

julgado, não cabendo mais recurso.

De acordo com os autos do processo, o então prefeito celebrou convênio com a Caixa Econômica Federal para que os pagamentos dos empréstimos de servidores do Município fossem descontados mensalmente nos contra-cheques. No entanto, ele se apropriou indevidamente das parcelas e não as repassou para o banco. Por conta disso, vários funcionários tiveram seus nomes incluídos no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Combate à venda ilegal de gás de cozinha será intensificado

O Ministério Público da Paraíba vai intensificar o combate ao comércio ilegal de gás de cozinha, em todo o Estado.

No dia 14 de setembro, o

Sindicato das Distribuidoras de Gás Butano aderiu à força-tarefa do MPPB, Agência Nacional de Petróleo e outros órgãos fiscalizadores.

Gestores farão adequações em prédios públicos

Quatro municípios se comprometem a desenvolver ações para remover barreiras arquitetônicas que impedem o acesso de pessoas com deficiência

Os prefeitos de Ingá, Itatuba, Serra Redonda e Riachão do Bacamarte e o Ministério Público da Paraíba celebraram termo de ajustamento de conduta (TAC) para desenvolver, até 2012, políticas públicas e ações capazes de garantir a acessibilidade nos espaços públicos dessas cidades.

Os gestores deverão tomar as providências necessárias para financiar a adequação de praças, logradouros, parques, calçadas e demais espaços públicos às normas técnicas previstas na lei. As obras devem ser iniciadas até o início de dezembro deste ano.

Parceria

O TAC é resultado do trabalho realizado pela Promotoria de Justiça da Comarca de Ingá (que engloba os quatro municípios), em parceria com a Equipe Especializada em Cidadania e Direitos Humanos do MPPB.

No ajustamento de conduta, os



No Telecentro Municipal de Ingá: calçadas desniveladas e batentes dificultam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e impedem o exercício do direito de ir e vir de cadeirantes

prefeitos se comprometeram a observar a "Lei de Acessibilidade" durante o planejamento e a urbanização de novos espaços e prédios públicos.

O TAC também assegurou que, pelo menos, um dos acessos ao

interior de todas as edificações de uso, administração ou propriedade dos Municípios deverá estar livre de barreira arquitetônica.

Calçadas

As calçadas externas serão

rebaixadas e as rampas também deverão ser construídas de acordo com as normas técnicas.

Segundo o coordenador da Equipe Especializada, Valberto Lira, todas as edificações das Prefeituras terão, pelo menos, um banheiro adaptado. "Serão reservadas nos estacionamentos externos ou internos 2% das vagas para veículos que transportam pessoas com deficiência. A regulamentação e fiscalização dessas vagas serão feitas pelo órgão de trânsito", disse.

Os municípios deverão providenciar junto às concessionárias de telefonia a instalação de, pelo menos, um telefone público para usuário de cadeira de rodas. Todos os prédios utilizados pelo poder Executivo dos quatro municípios deverão ter sinais visual e tátil. Os semáforos também deverão estar equipados com sinais sonoros para orientação de pessoas com deficiência visual.

EM MAMANGUAPE

Conselheiros de idosos participam de capacitação

O Ministério Público da Paraíba promoveu, em setembro, uma capacitação para os conselheiros de idosos de Mamanguape, Capim, Cuité de Mamanguape, Itapororoca e Mataraca (a 50 quilômetros da Capital).

A iniciativa faz parte do Programa de Proteção do Idoso, lançado pelo MPPB em janeiro deste ano. "Após a criação e a instalação de todos os Conselhos do Idoso nos quatro municípios com a intervenção do Ministério Público, a Curadoria do Cidadão promoveu a capacitação para dar orientações aos conselheiros acerca do exercício das suas atribuições", explicou a promotora de Justiça Ana Caroline Moreira.

Durante a capacitação, os conselheiros discutiram o Estatuto

do Idoso, os casos mais recorrentes de violação de direitos, a situação de risco pessoal e social em que as pessoas com 60 anos ou mais de idade podem ser encontradas e as providências que devem ser adotadas em casos concretos (como encaminhamentos e medidas de proteção, por exemplo).

Golpes

Os golpes aplicados contra as pessoas idosas através de empréstimos consignados também foram debatidos na capacitação. Para enfrentar o problema, a promotora de Justiça lançou um folder sobre o assunto.

Na avaliação da promotora de Justiça, o primeiro curso de capacitação realizado na Comarca foi "bastante exitoso".

MOTOTÁXI

Município vai regularizar serviço

O Município de Sapé (a 55 quilômetros de João Pessoa) deve regularizar, até o mês de dezembro, o serviço de mototáxi na cidade. No dia 15 de setembro, o diretor do Departamento Municipal de Trânsito (DMTrans), Fernando Madruga, a promotora de Justiça Caroline Freire e 34 representantes da Associação dos Mototaxistas assinaram um termo de compromisso para se adequarem às leis de trânsito.

Ficou acordado que, para ter a concessão e a permissão do serviço de mototáxi, o interessado deverá estar com a documentação do veículo em dia e ter carteira nacional de habilitação na categoria "moto".

O veículo, por sua vez, deverá ter adesivo de identificação padronizado. O mototaxista terá que usar colete com pintura

similar à do adesivo, sapatos e dispor de dois capacetes para garantir a sua segurança e a segurança do passageiro.

Durante a reunião realizada na Promotoria de Justiça de Sapé, foram discutidas as leis de trânsito, a proibição de negociação de pontos e a permissão de circulação dos mototaxistas regularizados em feiras livres, durante os finais de semana e eventos públicos de grande repercussão. Caberá ao DMTrans a fiscalização do serviço.

Educação para o trânsito

No dia 13 de outubro, o Ministério Público fará uma palestra para diretores de escola, professores e alunos. O objetivo é promover a conscientização desse público sobre a importância da obediência às normas legais de segurança no trânsito.



ATENDIMENTO AO CIDADÃO
Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social
Acesse o site www.mp.pb.gov.br
ou envie o e-mail atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br